GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 177ª REUNIÃO

Às dez e trinta horas do dia 30 de junho de dois mil e vinte e três, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 177ª Reunião do Conselho Superior do Fecam. Estavam presentes o Sr. Philipe Campello Costa Brondi da Silva, Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam representante do INEA, a representante do Ministério Público do Rio de Janeiro, Sra. Procuradora Patrícia Silveira Rosa, o representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan o Conselheiro titular Jorge Vicente Peron, o Conselheiro Suplente da Sefaz o Sr. Allan Cristiano dos Santos, o representante titular da Apedema o Sr. Márcio Ferreira Aguiar, os Conselheiros titular Raphael Gonçalves de Carvalho e suplente Sra. Diana Christovam de Moura da Seplag. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Letícia Alves dos Santos, Superintendente da Supfip/Seas, a Sra. Kamylla Ribeiro Machado, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Gabriela Carrero Ribeiro, Eliana Cardoso de Almeida e o Sr. José Luiz Filho da Coofecam/Supfip/Seas, e ainda, o Sr. Ricardo Rosado Oliveira Gerente de Projetos da Dirram/Inea e o Sr. Daniel Oliveira Diretor da Dirram/Inea. E ainda a Sra. Vanessa Flores da Dirram/Inea, A Sra. Fernanda Spitz Dias Gerente de Segurança Hidrica do Inea, o Tenente Coronel Rodrigo Pereira da SEDEC/SUAD e o Sr. Gilvoneick de Souza. O Sr. Philipe Campello inicia a reunião cumprimentando a todos, informando que o Secretário teve um compromisso com a Globo com o tema Diálogos Sustentáveis. Em seguida, comunica o comparecimento, pela primeira vez, da Dra. Patrícia Silveira Rosa, representando o Ministério Público do Rio de Janeiro, e Coordenadora do CAO – Centro de Apoio Operacional dos Promotores de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania que está dentro da estrutura administrativa e dá todo o apoio operacional para os promotores de justiça que atuam na área. A Promotora continua explicando que trabalhou muitos anos na área ambiental, inclusive já coordenando o Centro de Apoio. O Presidente agradece a presença da Dra. Patrícia, inclusive o Ministério Público que com parecer legal se manifestou em participar do Conselho Superior do Fecam. Prosseguindo faz uma consulta aos Conselheiros sobre o problema do lixão do Município de Teresópolis. Explica que houve uma discussão em Teresópolis inclusive com a Dra. Patrícia para não só cessar a destinação do lixo, mas iniciar imediatamente o processo de remediação pelos riscos daquela localidade, que fica a beira de um rio que abastece uma cidade a jusante. Então será solicitada uma reunião extraordinária para a semana que vem ou no máximo daqui a 15 dias para apresentar um projeto de complementação do Programa de Compra de Lixo Tratado – Fase 2, para dar um suporte inicial para o Município de Teresópolis para resolver o problema de forma definitiva. Além disso, será aproveitado nessa extraordinária, tendo em vista um acordo com a cidade de Petrópolis e com a Dra. Zilda, fazer uma complementação do projeto, já aprovado, do estudo hidrológico da bacia do Piabanha, porque houve uma demanda do grupo de trabalho e também se chegou à conclusão de incluir serviços baseados na natureza, o próprio acordo de restauração florestal com o Município de Petrópolis de restauro do Vale do Cuiabá, como forma de diminuir a necessidade de escoamento das águas e retenção do escoamento das águas para evitar inundações à jusante principalmente depois dos rios Carvão, Cuiabá e Santo Antônio. Continuando, passa para o **item 1 da pauta** – **Deliberação da ata 176ª Reunião do Conselho Superior do Fecam, coloca** para discussão aos Conselheiros. Neste momento, o Conselheiro da Seplag pergunta sobre os projetos aprovados e a Coordenadora do Fecam responde que a próxima reunião o Relatório Anual do Fecam será apresentado com os projetos aprovados em execução e aqueles que ainda não iniciaram. A Dra. Patrícia Rosa, como é a primeira vez que participa da reunião, solicita se todos poderiam se identificar. Todos os participantes se identificam dizendo nome e setor/órgão de origem. Prosseguindo, abre para votação a Ata 176 e não havendo qualquer manifestação parte dos Conselheiros, considera, então, a ata aprovada. Continuando, passa para o **item 2 – Informe sobre a alteração de um item no formulário do Projeto "Prevenção e Combate aos Eventos de Incêndios Florestais e Desastres Ambientais em Decorrência de Chuvas Intensas no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro (Operação Extinctus e Operação**

Pluviam)" – Proponente SEDEC/CBMRJ – Processo: SEI-270128/000018/2022 O Tenente Coronel inicia sua exposição informando que no plano inicial foi apresentada uma meta que seria a locação de aeronave, para monitoramento, prevenção e combate a incêndios florestais. Entretanto, o órgão de Controle Interno do Corpo de Bombeiros e a Assessoria Jurídica se manifestaram contra o prosseguimento desse processo, observando algumas fragilidades que poderiam ser alvo de questionamentos pelos órgãos de controle. Então, a SEDEC solicitou a exclusão dessa meta, locação de aeronave, e a inclusão de duas novas metas, aquisição de um auto tanque, que são viaturas que transportam até 8 mil litros de água de fácil acesso se consegue participar do combate aos incêndios e nos locais de difícil acesso serve para abastecer grandes reservatórios de água onde a aeronave com a utilização do bambi bucket, que seria o segundo equipamento, que faz a captação da água e vai até o local do foco e consegue fazer o acionamento do agente extintor, no caso a água. Neste momento, o Tenente-Coronel mostra uma tabela com a meta 1 do projeto inicial e a inclusão da meta 1 após a modificação e um detalhe que vale a pena registrar, que em relação a valores não foi necessário o aumento de valor e hoje já se tem os valores homologados para aquisição do auto tanque e do bambi bucket. O processo já está bem adiantado, conclui o Tenente-Coronel. Este informe, explica o Presidente, não tem aumento de valor, é apenas para informação aos Conselheiros sobre a mudança da meta 1 do formulário inicial já aprovado. Passa, então, para **o Item 3 da pauta – Informe sobre o "Projeto Apoio Técnico aos Projetos, Obras e Serviços da Diretoria de Recuperação Ambiental – Dirram no ERJ".** O Diretor Daniel da Dirram/Inea explica que esse informe é um esclarecimento para o Conselheiro Márcio solicitado na última reunião. Estão aqui os técnicos da Dirram para esses esclarecimentos. O Conselheiro Márcio pede que seja lido o seu pedido de esclarecimento e enquanto os técnicos procuram o questionamento, o Presidente dá prosseguimento à pauta da reunião, passando para o **item 4 – Deliberação de Novos Projetos - 4.1 - Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Projeto Executivo e Obras de Implantação de ciclovia no Município de São Fidèlis" – Valor: R$ 9.797.717,29 – Prazo: 08 meses – Processo: SEI-070002/009854/2023.** O Presidente passa a palavra para o Sr. Ricardo que inicia sua apresentação informando que o objeto do projeto é a contratação de empresa para o projeto executivo e obras de implantação de ciclovia no município de São Fidélis, com a pista de caminhada para promover melhorias no terreno designado pela Prefeitura de São Fidélis e revitalizar o espaço público, melhorando também o transporte através de um modal que não gere poluição, reduzindo a quantidade de poluição do meio ambiente. São Fidélis localiza-se na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, estando situado há 285 km da capital fluminense e fazendo limites terrestres com os municípios de Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto. Tem uma área de 1.020.095 km2, dividida em cinco distritos, aproximadamente 38,7 mil habitantes e este inserida na Região Hidrográfica da Bacia do Rio Dois Rios – RH VII, banhado pelo Rio Paraíba do sul e por dois importantes afluentes, Rio Dois Rios e Rio do Colégio. A economia é baseada na agricultura e agropecuária, mas também outros setores como indústria, turismo, comércio, cooperativa e pesca. A agricultura se caracteriza pela policultura, principalmente, cana de açúcar, arroz, milho, tomate, banana, algodão e goiaba, com potencial para fruticultura, olericultura, floricultura e silvicultura. A agropecuária pelo gado de corte e pecuária leiteira. Entre as principais ligações rodoviárias que atendem o município destacam-se a RJ-158 que liga Cambuci e Campos dos Goytacazes e a RJ-192. Possui relevo bastante movimentado com poucas planícies e diversas áreas montanhosas. O clima é tropical quente e úmido. As características principais da vegetação são as florestas nas áreas montanhosas e campos limpos nas planícies. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para Projeto Executivo e Obras de Implantação de Ciclovia no Município de São Fidélis. O objetivo específico é garantir a segurança dos usuários locais; requalificar a paisagem e o espaço público; proporcionar o bem-estar e o convívio socioambiental da população. As atividades previstas: Plano de trabalho e Programa das

Atividades; Serviços preliminares; Projeto executivo; Execução das obras; As Built; Serviços Preliminares: Sondagem, Levantamento topográficos, planialtimétrico e cadastral; Projeto Executivo: Projetos de Locação e terraplanagem, geométrico, fundações/estruturas, iluminação pública, sinalização horizontal e vertical; Execução das obras: locação da obra e terraplanagem, drenagem, urbanização, pavimentação, paisagismo, iluminação pública, sinalização horizontal e vertical; e As Built que é o conjunto de desenhos representativos de como efetivamente foram executadas as obras incluindo eventuais modificações necessárias. Os resultados esperados: dar a população acesso rápido e fácil ao local de trabalho e a serviços públicos necessários e criar uma área de entretenimento e lazer a população. As Justificativas: Incentivo do uso de bicicletas, diminuir número de carros e emissão de gases, monóxido de carbono e dióxido de carbono; Segurança e bem-estar da população: infraestrutura para percurso seguro, áreas reservadas à circulação de pedestres, requalificação da paisagem e do espaço público, belezas naturais, nova opção de lazer. Os investimentos e prazo de execução; R$ 9.797.717,29 – 08 meses, finaliza o Sr. Ricardo. O Presidente, então, abre para perguntas. O Conselheiro Márcio da Apedema sugere dentre as observações encaminhadas anteriormente acrescentar ao projeto mais uma opção a mobilidade urbana, uma melhoria da mobilidade urbana, e fez também uma ponderação sobre a construção da pista pensando num futuro num sentido do convívio entre seres humanos. Por exemplo, temos como uma pista de lazer de Copacabana que foi invadida pelas bicicletas elétricas e velocidades exorbitantes, ou seja, não há respeito do cidadão com relação ao outro. Então se pudesse, continua o Conselheiro, prever nessa obra, já que propicia essa facilidade ao município de São Fidélis, que fosse feita paralelamente a pista, que a separação não fosse só através de faixa e sim física. Faz-se a ciclovia, mas pessoas utilizam a ciclovia para passear, para correr, então seria mais interessante que essa pista tivesse separação física e não apenas por faixa visual no chão, porque essa marcação já existe em várias pistas da cidade, na Lagoa, em Copacabana, então se pudesse agregar mais valor a essa pista seria interessante, conclui o Conselheiro dizendo que seria apenas uma observação e não uma reclamação. Outra questão, prossegue, é incluir outra região hidrográfica porque no projeto foi apresentada só uma e São Fidélis é abarcado parcialmente pela região hidrográfica citada. E, ainda, o tipo de projeto que foi citado porque tem um enquadramento melhor que cita ciclovia. Estas propostas foram feitas por escrito e poderiam ser incluídas no projeto. O Conselheiro finaliza e agradece. O Gerente Ricardo acrescenta que a pista tem separação para caminhada e para ciclovia e não é só visual é física também, tem a parte da ciclovia e a parte da caminhada. O obstáculo não é muito alto, mas existe uma separação por meio fio. O Conselheiro diz que essa era sua intensão porque até facilita a fiscalização se entrar na pista errada, agradece dizendo que era essa sua proposta. O Presidente agradece dizendo que compactua com a opinião do Conselheiro, que ciclovia nem sempre é lugar de treino de atleta nem de bicicleta elétrica. O Presidente passa a palavra para o Sr. Gilvoneick que explica que já foi membro do Conselho a tempos atrás como titular ficando um ano, retornando hoje porque achou o tema interessante sobre o deslocamento em ciclovia e com a preocupação com a saúde de quem frequenta esses espaços onde existe uma quantidade de veículos transitando, lançando todo tipo de gases e que seria interessante a sinalização para quem utiliza para caminhada ou mesmo para bicicleta, para orientação para quem frequenta diariamente que poderá ter um problema de saúde no futuro, conclui. Em seguida, o Presidente coloca em votação o projeto que é aprovado por todos os Conselheiros. Prossegue, passando para o próximo item da pauta: **4.2 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Projeto Básico e Executivo de Restauração da antiga edificação existente ao lado da igreja de Nossa Senhora da Conceição (casarão e depósito) em Paraty Mirim" – Valor: R$ 1.250.586,79 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-070002/009866/2023.** O Presidente passa a palavra para o Gerente Ricardo, que inicia sua exposição sobre o objeto do projeto que é a elaboração de estudos técnicos, prospecções, diagnósticos, estudos preliminares, projetos básico e executivo

de restauração para a antiga edificação existente da Igreja de N. S. da Conceição ao lado, fazendo a restauração (formada por casão e depósito) com uma área edificada de aproximadamente 400 m2. Essas edificações estão dentro de um sítio arqueológico, então além das restaurações desses pontos, será feita a restauração da área de influência de aproximadamente do sítio arqueológico 16 mil m2. O Gerente mostra a figura onde o Inea vai fazer a intervenção com a área do sítio arqueológico, visando proteger ambientalmente essa área de inundações e evitando um dano ambiental ao local. A intervenção será realizada em Paraty que conta com mais de 50 mil habitantes e Paraty-mirim encontra-se em uma Área de Proteção Ambiental onde se dará a intervenção, e está dentro da bacia hidrográfica RH I – Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande, que além de Paraty compreende também Angra dos Reis e parcialmente o município de Mangaratiba. A APA é uma unidade de conservação federal ligada ao ICMBIO e ao Ministério do Meio Ambiente criada por meio do Decreto 89.242/1983. Por ser uma unidade de conservação ambiental visa à coexistência em equilíbrio da natureza e a sociedade, promovendo a conciliação entre as atividades humanas e a conservação da biodiversidade, procurando assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras ameaçadas de extinção, de paisagens, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para a execução do Projeto para projetos básico e executivo visando à restauração da área. O objetivo específico é a proteção do ambiente natural, preservação paisagística, do sistema hidrológico e proteção de espécies raras ameaçadas de extinção e também do patrimônio histórico. As Atividades previstas nesta etapa serão somente projetos não inclui obras, que compreendem: plano de trabalho e programação das atividades, serviços preliminares, estudos alternativos e avaliação ambiental. Como o Inea precisa de aprovação para fazer obras de agentes externos como ICMBIO e IPHAN, as alternativas são elaboradas para apresentar a essas entidades e aprovadas serão executadas pelo Inea. O plano de trabalho será basicamente a elaboração do projeto de monitoramento arqueológico. Os estudos de alternativas partem da concepção das alternativas, detalhamento e avaliação técnico-econômica e escolha das alternativas. Os projetos básicos e executivos são: projetos de restauração, locação e terraplanagem, de arquitetura e acessibilidade, de fundação e estrutura, de instalações elétricas e telecomunicação, de instalações hidrossanitárias, de segurança contra incêndio e projetos complementares de urbanização, pavimentação, iluminação pública e paisagismo. Este projeto visa remover e requalificar a edificação do espaço de extrema importância para preservação local das espécies raras e em extinção e a composição paisagística e sistemas hídricos disponíveis a população, porque a demolição dessa edificação é fundamental ao cumprimento da ACP e garantia da preservação ecológica, histórica e cultural do local. O Presidente explica que este projeto é o cumprimento de uma ação civil pública para remover o galpão e requalificar a área. Na verdade, diz o Presidente, o Gerente Ricardo está apresentando a requalificação da área. Há 10 anos foi construído um galpão, continua, na área, depois veio uma ação civil pública e mandou retirar o galpão e requalificar a área. São dois projetos que se somam este que está sendo apresentado é a requalificação da área, e o outro que já foi aprovado que é a remoção do galpão. O Gerente Ricardo prossegue dizendo que ACP é para remover o galpão e restaurar a área. A ACP condenou o ERJ e o Inea a restaurarem o complexo arquitetônico de Paraty-mirim e demolirem a edificação irregular usada como posto avançado da Unidade de Policiamento Ambiental da Reserva Ecológica de Juatinga. A demolição dessa edificação é fundamental ao cumprimento da ACP e a garantia da preservação ecológica, histórica e cultural do local. O ex-IEF, antes da criação do Inea, consolidou a implantação dessa edificação e posteriormente o IPHAN descobriu que a edificação está numa área de sitio arqueológico e processou o Estado que era dono e teve que responder a ação. O prazo de execução é de 12 meses e o investimento de R$ 1.250.586,79, finaliza. O Presidente pergunta se algum Conselheiro tem alguma observação e o Conselheiro Peron se manifesta dizendo que durante a leitura do projeto tinha

levantado algumas questões, principalmente em relação ao enquadramento ou por que este projeto foi parar no Fecam. E que lendo o documento disponibilizado para os Conselheiros teve dificuldade em relação à justificativa. Mas a partir da apresentação, das ponderações e as questões que foram complementadas em relação à justificativa compreendeu um pouco melhor a apresentação e as informações complementares ajudaram a entender sobre o porquê dos recursos do Fecam para a realização desse projeto. Mas no início, continua, não estava convencido de que os recursos Fecam deveriam ser aplicados para recuperação de patrimônio histórico, mas com a contextualização e a apresentação ficou mais claro diminuindo as dúvidas anotadas, finaliza. O Presidente agradece e passa a palavra para o Sr. Gilvoneick que tem duas perguntas: a primeira se a sociedade participou ou vem participando da produção do projeto, da discussão, do que vai ser feito; a segunda, qual a contrapartida do gestor local, da Prefeitura, se existe alguma contrapartida? O Presidente responde em relação à consulta popular, à população. O ICMBIO vai participar desse processo porque ali é uma área de conservação sustentável, que inclusive tem o seu próprio conselho consultivo dentro da comunidade que vai acompanhar o projeto. Então, prossegue o Presidente, tem não só a participação do IPHAN, mas também do ICMBIO e o Conselho Consultivo que envolve tanto a comunidade quilombola, a comunidade caiçara e todos e essas representações estarão dentro do conselho consultivo do ICMBIO que vai participar com o Inea e em toda fase do projeto. O Inea pode ser convidado pelo ICMBIO para participar do Conselho dando ampla participação popular no processo e principalmente à população do território que tem uma comunidade caiçara, uma comunidade indígena e uma comunidade quilombola. Em relação à participação da Prefeitura, o Inea está conversando com a Prefeitura, principalmente ao findar o projeto, que é um projeto de ordenação de um bem público, de uma unidade de conservação, continua o Presidente, cuidar de restringir, por exemplo, a recuperação de uma visitação cercar o lugar que nos finais de semana fica cheio, para evitar as pessoas, as motos em cima dos canteiros. A conversa era o Inea realizar e executar o projeto e depois a Prefeitura se comprometer com as seguranças municipais e juntamente com o ICMBIO fazer o ordenamento local. Mas esses diálogos vão acontecer, prossegue o Presidente. O Sr. Gilvoneick concorda, ainda mais que o gestor do território tem que estar presente, completa, se o Estado faz o trabalho o gestor tem que cuidar, principalmente em alta temporada, finaliza e agradece. O Presidente pergunta se existe mais alguma dúvida, não existindo manifestação coloca a projeto em votação. Após os conselheiros da Procuradoria, da Fazenda, do Planejamento, votarem a favor, o Presidente pergunta o voto do Conselheiro Márcio, o mesmo diz que não encontrou na Deliberação Normativa 14 ou nos itens do art. 263 da Constituição do Estado qualquer menção a este tipo de projeto, na verdade esse projeto tem haver com uma condenação do Estado e do Inea para restauração do complexo arqueológico que está numa área de conservação federal. Mas o Estado e o Inea foram condenados a restaurar o complexo. A existência ou a inexistência do complexo não afetaria em nada o meio ambiente, continua o Conselheiro, não havendo uma degradação pelo complexo arquitetônico, mas uma degradação pela invasão, por estacionamento de carro. A restauração não aumenta o benefício para o meio ambiente e entendo, diz, esse enquadramento não existe. Se o Estado foi condenador e o Inea, porque o Fecam tem que financiar essa restauração? O Estado e o Inea têm recursos, têm orçamento. Então, o enquadramento contábil que foi colocado na apresentação do projeto não sustenta a liberação do recurso. Em função disso, o meu voto é não, claramente não há qualquer questão que obrigue ou enquadre os recursos do Fecam. Os recursos do Fecam devem ser utilizados em questões que realmente interfiram no meio ambiente, prossegue o Conselheiro que não vê esse enquadramento e seu voto é não, finaliza. O Presidente pergunta ao Conselheiro Peron que aprova o projeto. O Presidente passa então para o próximo item da pauta **– 4.3 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Projeto Executivo e Obras de Canalização e Urbanização do Canal Campos Macaé, ao longo da Av. José Alves de Azevedo (Beira Valão) no Município de Campos dos Goytacazes" – Valor: R$ 111.358.156,15 – Prazo: 20**

meses – Processo: SEI-070002/011377/2023. O Presidente passa a palavra para a Dirram/Inea para a apresentação do projeto. O Sr. Ricardo Oliveira, Gerente de Projetos da Dirram/Inea inicia a apresentação explicando que o objeto do projeto é a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo e obras de canalização e urbanização do Canal Campos Macaé, mostrando uma figura sobre a canalização que a Dirram pretende fazer numa área que atualmente apresenta problemas estruturantes. São trechos no total de 3 km. Esse canal não é um canal natural é artificial que visa recolher a água do Paraíba do Sul para levar para os municípios adjacentes e faz parte do sistema de macrodrenagem da região e da coleta de águas do Paraíba do Sul. A cidade de Campos dos Goytacazes está localizada na região norte, possuindo aproximadamente meio milhão de habitantes, sendo a sétima cidade mais populosa do Estado com a maior extensão territorial do estado com 4.932,5 m2. O município tem importantes universidades pública e privada no Estado. Segundo o IBGE tem o sétimo maior PIB do Brasil e o segundo maior do ERJ. Encontra-se na sua costa a maior plataforma petrolífera do Brasil, fazendo com que a cidade receba junto com Macaé o título de Capital Nacional do Petróleo. Por ser a cidade polo da região norte, Campos funciona como cidade dormitório para os trabalhadores do Porto do Açu, maior empreendimento porto-indústria da América Latina. O município está inserido na região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – RH IX. Faz parte do Parque Estadual do Desengano, a mais antiga Unidade de Conservação Estadual. O território é composto integralmente pelo bioma da Mata Atlântica, com variedades de plantas e animais em extinção e o município é atravessado pelo rio Paraíba do Sul. O objetivo geral do projeto, continua, é a contratação de empresa especializada para execução do projeto e o objetivo específico é garantir a segurança dos vários usuários locais; melhorar o escoamento da drenagem urbana local; mitigar impactos causados por enchentes; melhorar a mobilidade urbana, áreas de lazer, proporcionar o bem-estar da população local. A justificativa é a canalização visando à melhoria do escoamento das águas evitando alagamentos e preservando os ecossistemas aquáticos locais. Os projetos executivos que têm os projetos de terraplanagem, hidráulico, fundações, sistema viário, paisagismo, macrodrenagem, mesodrenagem, contenção das margens e projeto estrutural. A execução das obras começando pela locação, contenção das margens, taludes, canalização, execução das vias, drenagem, a rede de esgoto só as intervenções para garantir sua funcionalidade, fazendo interferências com relação à obra. O Inea não faz rede de esgoto a implantação é feita pelas concessionárias. E ainda, continua o Gerente, a parte da urbanização, a pavimentação, o paisagismo, iluminação pública e a sinalização horizontal e vertical e no final o as built que é o conjunto de desenhos para fazer o cadastro das obras e eventuais modificações necessárias. Os resultados esperados é a melhoria do escoamento do canal, requalificar a paisagem e os espaços públicos, melhorar a mobilidade urbana e criar uma área de lazer para a população. O Gerente mostra diversas fotos do local com a situação atual, existência de uma canalização e o que vai ser feito é uma complementação. Mostra também o projeto de proteção ambiental. O investimento total para a execução das obras é de R$ 111.358.156,15 com prazo de execução de 20 meses. O Presidente agradece e pergunta se existem dúvidas e o Conselheiro Mário pergunta sobre o que consta do formulário que descreve a construção de uma nova via é isso? O Gerente Ricardo responde que sim, para evitar a ocupação nas margens, que piora o escoamento hidráulico, gerando no futuro um custo muito alto na desocupação das margens. O Conselheiro agradece e diz que nas observações que encaminhou ao Fecam pediu que incluísse a Prefeitura de Campos no projeto porque a Prefeitura vai ficar responsável pela demarcação da faixa marginal de proteção, é isso, pergunta o Conselheiro. O Presidente responde que pela lei o Inea é responsável. O Conselheiro diz que no formulário a redação enseja que seria a Prefeitura, solicita, então, que reveja a redação. O Sr. Gilvoneick solicita a palavra dizendo que tem uma preocupação e que esteve no Porto do Açu fazendo um documentário no inicio da sua construção foi identificado várias situações irregulares e danos ambientais e desde essa época quase não tem

acompanhado informações do porto e quando ouve falar em canalização, tem esgotamento sanitário? Essa canalização vai passar por uma estação de tratamento e depois vai para um corpo hídrico ou para a costa, para o mar? Porque hoje o ERJ vive uma situação lastimável com a baía de Sepetiba e a baía de Guanabara. Vários comitês no Estado que não conseguem cumprir com o seu papel. O Comitê Guandu em 22 anos não conseguiu melhorar a saúde hídrica da bacia do Guandu. Então vejo continua, a questão de canalização, mas não de tratamento para devolver minimamente esse corpo hídrico tratado. Então, a primeira pergunta é se isso está sendo levado em conta? E segundo o pessoal de Campos fez uma pergunta que vou ler, diz o Sr, Gilvoneick, "gostaria de solicitar o escoramento da árvore baobá localizada no canal de Campo SX de Macaé considerado uma zona de planejamento a região de extrema importância para preservar esse valioso patrimônio que possui quase 200 anos de história e conservação. Nesse sentido, o Centro de Preservação Ambiental Tia Talinda localizado na cidade de Campos está disponível para oferecer um auxílio e apoio nesta questão". Então, continua, seria interessante o Inea entrar em contato com esse Centro de Preservação para de alguma forma desenvolver essa ação que atenda também as demandas do Centro, caso seja possível, finaliza e agradece. O Presidente pergunta se mais alguém quer se manifestar, e o Conselheiro Peron diz que quer fazer dois registros o primeiro relacionado à característica da região, Campos está localizado numa baixada, e desde muito tempo a manutenção desses canais são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico da região que é muito dependente da agricultura, da pecuária, de atividades ligadas a terra. Então este projeto tem uma importância muito grande para a região e a operação e a manutenção desses canais. E o mérito deste projeto é colaborar para o desenvolvimento regional. É um projeto importante e relevante para a região. Sendo feito consorciado com demandas da prefeitura, que é extremamente relevante, porque é uma indicação muito clara do poder público local da importância deste projeto e o aporte do Fecam é fundamental, estratégico para o desenvolvimento regional. E um único ponto que gostaria de acrescentar, continua o Conselheiro, é a necessidade da participação, conhecimento ou acompanhamento do comitê de bacia do Baixo Paraíba do Sul, apesar de outras participações não viu uma citação ao comitê de bacia do Baixo Paraíba do Sul, que é um ator importante, já que está se falando de gestão de água, gestão de recursos hídricos daquela região e valeria a pena trazer esse ator local para o processo, finaliza. O Presidente agradece dizendo que é muito relevante a observação do Conselheiro, já que este canal data da época do Império e já foi considerado o maior canal do mundo, hoje parece ser o segundo canal do mundo. E o volume da intervenção total é bilionário e precisa fazer algumas intervenções para o escoamento. E outro fator falado pelo Conselheiro é a questão da geografia local, uma baixada, com boa carga de matéria orgânica e quando faz calor um volume de macrófita e cianobactéria e quando canaliza facilita a limpeza, dando mais fluidez diminuindo um pouco esses problemas. O Diretor Daniel da Dirram completa que a proposta deste projeto como foi apresentado pelo Gerente Ricardo, o foco principal é a contenção das margens e o grande problema de canais e diques são erosões que ocorrem de forma natural e a força da água dos rios e canais a variação de nível entre eles acabam criando ponto de erosão e vai desgastando essas margens. E a ideia, continua, é dar essa devida proteção. O local onde está sendo proposta essa intervenção é uma área urbana para evitar uma ocupação desordenada pelas margens dos rios, onde a pessoa que não tem onde morar constrói na beira do rio. A margem do rio in natura sofre com essas intempéries físicas por força da água e acaba colocando em risco a vida. É um projeto apresentado pela Prefeitura, uma demanda antiga, encaminhado ao Inea, e de suma importância levar ao conhecimento do comitê da bacia dando ciência da intervenção e conseguir implantar mais essa benfeitoria. Esse é o principal objetivo de proteger as margens e evitar a ocupação desordenada, completa. O Sr. Gilvoneick completa dizendo que o DNOS fez um desastre ambiental no ERJ quando retificou todos os rios por causa de mosquito que a questão era grave e os rios eram tortos e foram colocados todos retos, acontece que os rios retos têm uma

pressão, então a montante tem quantidade de agua muito grande e a jusante acontece a força. Hoje não dá para ser retificado e voltar para a calha original, porque esses espaços foram ocupados e a construção está consolidada. Volta a repetir, continua o Sr. Gilvoneick, vai levar em conta a poluição ou só canalizar e continuar jogando tudo sem tratamento? Outra questão se esta canalização está levando em contra o aumento hidrológico, porque o que está se percebendo são os desequilíbrios ambientais provocando cabeças d'água que vem destruindo tudo. Porque fazendo a canalização não prevendo essa demanda, por exemplo, aqui na Capital próximo ao Maracanã fizeram enormes cisternas para reter a água, mas não adianta. Quando tem uma quantidade de chuva muito grande transborda e alaga tudo, enfim como isso está sendo planejado para que na frente não se tenha que refazer tudo porque o projeto não ficou adequado com as demandas que já estão acontecendo, finaliza e agradece. O Gerente Ricardo responde como foi dito este canal é artificial e tem um controle de vazão junto com ao Paraíba do Sul, então com os estudos que foram feitos não chega a transbordar e a vazão que foi projetada é muito maior. Existe todo um estudo hidrodinâmico realizado. O Diretor Daniel esclarece que em relação ao saneamento é uma questão que vem sendo acompanhada bem de perto com as concessionárias e com os demais atores de saneamento básico. O foco principal deste canal é a macrodrenagem é o controle de vazão e macrodrenagem, não envolvem as questões de tratamento. Não se pode desviar esse canal e levar para uma ETA, é uma vazão muito alta. Então são dois processos diferentes, mas correlatos, uma questão é a macrodrenagem e outra é o saneamento básico que vem sendo implantado em todos os municípios do Estado. O Sr. Gilvoneick dá como um exemplo o Estado de São Paulo que está utilizando planta como filtragem, inclusive gerando trabalho e renda para a sociedade local, ou seja, aqui a gigoga é tratada como inimiga lá é como amiga, cultivam a gigoga em determinado período retiram a gigoga, inclusive está sendo utilizada para produzir plástico. Então a gigoga faz uma filtragem gerando uma água de melhor qualidade para ser lançada naquele corpo hídrico. O Presidente inicia a deliberação do projeto que é aprovado por todos os Conselheiros. Continuando, o Presidente passa para **o item 4.4 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Projeto Executivo e Obras de Urbanização no Rio Roncador, em Duque de Caxias" – Valor: R$ 22.782.605,00 - Prazo: 08 meses – Processo: SEI-070002/011263/2023.** Mais uma vez com a palavra o Gerente Ricardo da Dirram/Inea, que mostra o trecho de execução das obras inicia informando que o Inea já vem atuando nessa região e a primeira etapa foi realizar a canalização do rio Roncador. Agora a segunda fase é fazer a urbanização para evitar todos os problemas quando não se urbaniza. Duque de Caxias está localizada a 16 km da capital, fazendo parte da região metropolitana, e uma população de 929 mil habitantes e está inserido na RH V – Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e na sub-bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí. O município é banhado pela Baía de Guanabara e possui áreas de preservação da mata atlântica como o Parque Natural Municipal da Taquara e o Parque Natural Municipal da Caixa D'água, berço de uma grande biodiversidade. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e obras de urbanização do rio Roncador. Os objetivos específicos é garantir a segurança dos usuários locais, requalificar a paisagem e o espaço público, aproximação da população com o meio ambiente, proporcionar opção de lazer e o bem-estar da população. As intervenções previstas são o plano de trabalho, projeto executivo, execução das obras e o as built. O projeto executivo vai ter a locação e terraplanagem, drenagem superficial, urbanismo/paisagismo, mobiliário urbano, pavimentação, iluminação pública e sinalização horizontal e vertical; a execução das obras e o as built que é o cadastro do que for feito. Os resultados esperados são melhorar a qualidade da vida da população, requalificar a paisagem e o espação urbano público e criar área de lazer para a população. A justificativa é a segurança e bem-estar da população. O investimento total é de R$ 22.782.605,00 e prazo de execução de 08 meses, finaliza. O Presidente passa para as perguntas dos Conselheiros e não havendo prossegue para a deliberação do projeto que é aprovado por todos os Conselheiros, mas o Conselheiro Márcio nas suas observações

encaminhadas ao Fecam consta o pedido de que fosse comunicada formalmente a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, porque todos esses parques, todos esses instrumentos necessitam de um custeio e o que se vê é que normalmente são abandonados. Então, deveria se ter o cuidado que esse item de custeio fosse orçado pelas prefeituras. As obras são entregues, recurso público do Fecam e depois tudo que é feito é abandonado. Então, a prefeitura teria que orçar o custeio dessa aparelhagem que está sendo entregue, mas aprova o projeto. O Presidente informa que já está alinhada a partir do momento da entrega que a manutenção passa para a Prefeitura. O Diretor Daniel diz que a preocupação do Conselheiro é prudente, porque o Inea e o Fecam não gastam recursos com manutenção e as prefeituras são oficiadas que a operação e a manutenção sejam feitas pelo município. O Sr. Gilvoneick comunica que desde o PDBG e do PAC, fazendo parte deste programa ambiental complementar do projeto Iguaçu e tudo foi abandonado. As prefeituras como foi dito, foram só para cortar a fita e depois largaram de mão e tudo foi destruído. Então não é só chamar a responsabilidade da prefeitura, mas colocar algum tipo de cláusula, porque as prefeituras assinam que são responsáveis, mas na verdade não se responsabilizam e não têm qualquer punição. E essas prefeituras continuam recebendo ICMS ecológico, recebendo recurso público para fazer algo que elas não fazem, então, o Estado precisa ter um mecanismo para beneficiar quem faz, mas aquele que não faz não pode ser atendido, porque se investe no município com recursos públicos e gestor do território abandona. O Estado precisa procura um mecanismo, prossegue o Sr. Gilvoneick que defina melhor as responsabilidades e o Ministério Público com muitos processos por incompetência administrativa local, agradece. Continuando, o Presidente passa para **o item 5 – Deliberação sobre complementação do Projeto Fecam em execução – 5.1 – Projeto "Mapeamento de Inundações no Estado do Rio de Janeiro" – Valor anterior: R$ 2.176.738,76 – Valor Atual: R$ 3.287.647,93 – Complementação: R$ 570.909,17 – Processo: SEI-070002/007464/2020 –** A Gerente Fernanda Spitz, da Gerência de Segurança Hídrica do Inea inicia sua apresentação fazendo um resumo do projeto já aprovado pelo Fecam, que trata dos problemas referentes a inundações no Estado. Os objetivos específicos do projeto são fazer o levantamento de trechos inundáveis do Estado e principalmente ter esse resultado para subsidiar algumas ações tanto do Inea, como o planejamento do Limpa Rio, da Rede Hidrometeorológica e até ações da Defesa Civil no estabelecimento de alguns protocolos de situações de emergência, uma integração aos seus planos de contingência. Foi apresentada, no formulário do projeto, uma metodologia, os levantamentos, os estudos que vão ser realizados. E o que está sendo trazido hoje, apesar do projeto aprovado e já com uma complementação, houve uma demora no processo do ano passado até o momento e a licitação acabou sendo realizada no dia 11 de abril e acabou sendo deserta. E um dos fatores que pode ter contribuído para não ter aparecido ninguém para a licitação pode ter sido a questão do orçamento. Como o processo foi iniciado em 2021 e em 2022 já com tudo preparado e não ser solicitado existia uma defasagem nas cotações dos serviços e também em virtude da inflação, pode ter contribuído por não ter aparecido ninguém nesse primeiro momento. Então, o projeto vai precisar de uma complementação de R$ 570.909,17 para essa contratação nos próximos meses, finaliza a Gerente Fernanda. O Presidente diz da importância deste projeto é conseguir orientar os planos diretores municipais e ter o Ministério Público e a Firjan neste momento, e num futuro breve com o resultado desse mapa saber as áreas suscetíveis de inundação e que o município quando fizer o seu plano diretor veja que aquela área seja tratada como não edificante e no período de verão não ter o trabalho de remoção ou perda de produção. Essa é uma das grandes expectativas do Inea desse trabalho para auxiliar no planejamento executivo. A Conselheira Dra. Patrícia pede a palavra para fazer uma colocação que existe um Grupo de Trabalho no CNP – Conselho Nacional do Ministério Público na Comissão de Meio Ambiente que trata de desastres e inicialmente eram questões de execuções nas bacias hidrográficas nas áreas urbanas e vai haver uma reunião, sexta-feira dia 7, peço autorização para divulgar o projeto, e como é um

instrumento importantíssimo para mapear as áreas inundadas, vou comunicar e divulgar a aprovação deste projeto nessa reunião do Grupo de Trabalho finaliza e parabeniza a iniciativa. O Sr. Gilvoneick pede a palavra para falar de algumas questões da inundação. Primeiro o DRM não fala sobre alagamento, mas tem um trabalho interessante sobre as falhas suscetíveis a deslizamentos de apropriação da sociedade como um todo. Percebemos diz o Sr. Gilvoneick, que este levantamento vem sendo desconsiderado por várias prefeituras que continuam permitindo que as pessoas ocupem áreas não edificantes suscetíveis a deslizamento. Participamos continua, junto com a Promotoria de São Gonçalo, em determinado território de uma área de polder, de recarga de água e essa área estava sendo aterrada para construção irregular ou para construção de algum tipo de empreendimento. E através dessa promotoria foi cancelada essa construção. Outras irregularidades nesse território ocorreram e infelizmente o Estado não conseguiu evitar que essa área fosse ocupada. Então há necessidade de ampliar isso de alguma forma porque não está adiantando ter esse levantamento, todo esse mapeamento se a sociedade continua ocupando e o Estado não tem mecanismo de impedir isso, finaliza. O Presidente agradece e informa que com relação à ocupação urbana não se pode extrapolar a competência, quem define plano diretor, quem define ocupação urbana nos municípios são os próprios municípios. O que o Inea faz quando vê alguma irregularidade ambiental é feito um embargo. Então o Estado não pode se furtar. O estudo do DRM publicado em 2013, que muitos municípios inclusive com planos diretores posteriores das áreas suscetíveis a escorregamentos, colocaram como essas áreas, como edificantes. Então é uma conversa que vai muito além, tem que se ter um pacto estadual com todos os órgãos juntos e o município, se comprometerem a não deixar que essas áreas sejam expandidas para essas localidades, porque ou vai inundar ou vai escorregar e depois acabar sobrecarregando o município, o estado, enfim todos os órgãos de controle externo para ações judiciais e extrajudiciais para combate a esse problema. A Dr. Patrícia quer falar diz o Presidente. Essa questão de invasão é seríssima, diz a Dra. Patrícia. E gostaria de colocar que existe em andamento em outro grupo de trabalho formado por alguns juízes não judiciários, do TJ Rio, a CEHAB, alguns procuradores de municípios e muitos registradores que são os cartórios. E o objeto desse grupo é a regularização fundiária. A regularização é natural, a pessoa tem expectativa legítima da realização daquele titulo de propriedade. Acontece, prossegue a Procuradora, que essas ocupações têm que ser compatibilizadas com a questão ambiental, até porque por tudo que sabemos de mudanças climáticas e outras calamidades. Naquela reunião um instrumento, continua que está sendo utilizado quase beirando a irresponsabilidade que é a Lei Reurb, 13.465 de 2017. Essa lei gera uma expectativa nas pessoas e nas prefeituras que a partir dessa lei tudo estaria legalizado para aqueles que possuem título de propriedade. Não deve ser assim, afirma a Dra. Patrícia. A própria lei é um instrumento de uso político que regulariza todos com títulos. Inclusive uma das situações contempladas pela lei são aquelas ocupações de baixa renda, reurb social específica acrescenta a Gerente Fernanda, concorda a Dra. Patrícia. Essas são as mais problemáticas, continua a Conselheira Patrícia, mas têm que ser observadas que a ocupação esteja consolidada, ou seja, a pessoa tem que estar morando há muito anos naquela moradia e não aquelas que acabaram de chegar. Outra questão continua, é que essa reurb tem que estar amparada em estudos sócios ambientais, que está na lei, e que concluam que é favorável do ponto de vista ambiental a permanência daquelas pessoas na ocupação. Porque têm que ser consideradas nessas ocupações as faixas marginais, as App's. Esses estudos de reurb não podem prescindir dessas questões, esclarece a Dra. Patrícia. A Gerente Fernanda completa dizendo que o Inea também vem atuando nessa área, apesar da regularização fundiária ser uma competência municipal. O Inea tem apoiado alguns municípios nessa questão da elaboração dos estudos técnicos, porque o Inea diz que pode ocupar uma área de inundação, a lei permite, desde que seja implementada alguma intervenção que reduza ou mitigue completamente aquele risco às pessoas. É um processo detalhado, é olhar praticamente de casa por casa, tentar fazer um levantamento e ver se pode

ou não fazer alguma intervenção para não chegar ao ponto de remoção. Mas existem situações que mesmo com as intervenções o risco vai permanecer, vai continuar numa área de risco. E completando a fala do Sr. Gilvoneick, como o Presidente comentou, o mapeamento é uma ferramenta de apoio à decisão, a definição de áreas prioritárias para realizar. No estado tem muitas inundações e não se sabe o que seria prioritário ou mais crítico, onde implementar os recursos. E as prefeituras também já tendo um levantamento, incluir nos seus planos diretores, no seu ordenamento territorial. Por isso, todas essas questões são associadas à regularização fundiária. É uma questão importante e foi bem frustrante a licitação ter dado deserta, finaliza a Gerente Fernanda. O Sr. Gilvoneic diz que gostou muito da fala da Dra. Patrícia e da Gerente Fernanda e acrescenta que este mapeamento já existe sobre as áreas suscetíveis de inundação no ERJ. A Gerente Fernanda completa que existe um estudo de 2012 da CPRM, onde existe uma defasagem de tempo desse levantamento, mas que é movimentação de massa, inundação, e a metodologia que foi utilizada foi uma ferramenta populacional. A proposta do projeto, esse mapeamento de inundações, é uma metodologia nova inclusive a empresa contratada vai contribuir nesta questão, pensando em perigo e risco, não só pensar a questão da susceptibilidade, levando o dimensionamento até aos indicadores da própria susceptibilidade, tentando olhar para o ordenamento do solo, ponderar outras questões que não tenham sido contempladas nesse estudo da CPRM. Esta proposta é mais detalhada e que possa servir mais como direcionamento na tomada de decisão, nesse planejamento, finaliza. O Presidente agradece e coloca em votação a proposta de complementação apresentada. O Conselheiro Márcio diz que faria apenas uma ressalva, considerando a importância dos projetos apresentados, este é o mais importante. A ressalva é que este projeto é um programa, na verdade serão entregues projetos, cada risco é um projeto, isto é um programa. Então, meu voto é sim completa o Conselheiro. O Presidente passa a palavra para os demais Conselheiros que aprovam a complementação. Prossegue, então passando para o segundo item da deliberação sobre complementação de projeto. **Item 5.2 – Projeto "Demolição Assistida por Monitoramento Arqueológico de Edificação em Paraty Mirim" – Valor anterior: R$ 346.762,93 – Valor Atual: R$ 667.893,71 – Complementação: R$ 321.130,77 – Processo: SEI-070002/010323/2022.** O Gerente Ricardo explica que essa demolição é do galpão, é uma demolição assistida por monitoramento arqueológico em Paraty-mirim. O objeto geral e específico é a demolição que visa devolver a questão ambiental na área, a preservação do ambiente, a paisagística, dos sistemas hidrológicos e a proteção das espécies raras e ameaçadas de extinção. A meta é fazer o projeto de monitoramento, os serviços de demolição, licenciamento, notificação aos responsáveis por serviços públicos e aos proprietários vizinhos, acompanhamento dos serviços, monitoramento arqueológico e disposição final. Os resultados esperados visam remover a edificação e a justificativa é o cumprimento da sentença proferida pela Ação Civil Pública. O total de investimento é de R$ 346.762,93 e o prazo de execução de 4 meses. O Gerente explica que o material foi encaminhado ao IPHAN para analise e foi pedido apenas que fosse acrescentada a questão paisagística. A proposta era fazer a demolição, mas com a solicitação do IPHAN, com a retirada do galpão era preciso algum uso para proteger a localidade. O Presidente pergunta se existe alguma dúvida dos Conselheiros e não havendo prossegue para a votação da complementação que é aprovada e apenas por coerência o Conselheiro Márcio, como no projeto anterior de restauração da Igreja, vota não. Passa então para o último projeto de complementação, **item 5.3 – Projeto "Projeto Executivo e Obras de Canalização de Trecho do Canal da Ribeira, Cachoeiras de Macacu" – Valor anterior: R$ 9.210.050,59 – Valor Atual: R$ 9.261.750,36 – Complementação: R$ 51.699,77 – Processo: SEI070002/003601/2022.** O Gerente Ricardo inicia sua apresentação explicando que essa complementação é devida ao período do prazo contratual, o valor necessário entre o realizado e para a complementação, concluindo que o valor do contrato e o previsto, e o valor aprovado estava superior. O Gerente mostra o trecho executado com fotos. O valor de complementação

é de R$ 51.699,77, finaliza o Gerente. O Presidente passa para a deliberação da complementação e o Conselheiro Márcio pergunta se foi feita a alteração que fez por escrito, sobre as bacias hidrográficas envolvidas. O Gerente explica que no trabalho só considera uma bacia hidrográfica e o Conselheiro propõe que se coloquem as demais bacias envolvidas. A complementação é aprovada por todos os Conselheiros. O Sr. Gilvoneick pergunta se em todos os projetos aprovados o Inea e a Seas fazem o acompanhamento e apresenta o resultado no Conselho e se as obras têm sinalização de que são executadas com recursos Fecam? O Presidente responde que colocará a observação no "radar" do Inea. Prosseguindo, lembra que o informe sobre o projeto "Apoio Técnico" não foi respondido para o Conselheiro Márcio. O Diretor Daniel mostra a pergunta do Conselheiro em ata e explica que foi pedido uma complementação para um projeto aprovado anteriormente, projeto de apoio técnico da Dirram, que tinha sido aprovado por 16 milhões e com o reajustamento do contrato e um aditivo precisaria de mais 3 milhões num total de 19 milhões. O Conselheiro Márcio trouxe uma preocupação muito prudente que é o seguinte: diz o Conselheiro "que apesar de aprovações pretéritas da Apedema, ... nas justificativas na verdade está sendo agregada mão de obra da Dirram, e que se está aumentando o quadro de funcionários da Dirram como este projeto, com este recurso". E solicitou também um parecer jurídico. O Diretor prossegue explicando que o contrato em si não agrega mão de obra à Dirram apear de ser uma prestação de serviços. A Diretoria tem um grande volume de necessidade de obra, obra de canalização, contenção de cheias, pontes que têm problemas de remansos hidráulicos, enfim são diversas variáveis que estão envolvidas nesses seguimentos, obras de geotécnica, estrutural, hidrologia, para a elaboração desses projetos. Todos os projetos elaborados pela Dirram são elaborados por funcionários do Inea, é uma premissa, funcionários nomeados ou concursados, pessoas com matrícula. Só que para elaborar esses projetos a Dirram necessita de serviços que não têm condições de fazer com mão de obra própria. Por exemplo, quando começa a executar um tipo de canalização de um rio, precisa-se preliminarmente fazer projetos de topografia. Quando o projeto vem de Prefeitura com pedido oficializado para que o Inea execute esse projeto, muitas vezes o projeto vem pronto só necessitando de alterações, complementações. E quando é elaborado pela Dirram e precisam desses tipos de serviços, basicamente topografia e sondagens do terreno para identificar que tipo de solução vai aplicar para obra. Então essa contratação de apoio técnico e serviço são focados em engenharia consultiva e não contratação de serviços de mão de obra. Isso inclusive é analisado pela Procuradoria e todo processo de pagamento é exigido atestado que não há mão de obra residente perante esses contratos. Porque senão órgão, a instituição é submetida à LRF. Então, quando aprovado este projeto, inicia-se o processo licitatório, instruindo os processos administrativos com todos os elementos técnicos, o edital de licitação, a minuta de contrato, o termo de referência, os projetos e são submetidos à Procuradoria para análise jurídica da pertinência desses editais. No caso concreto, que é esse apoio técnico, o Diretor mostra o processo da contratação da empresa de engenharia consultiva e a partir desses elementos a Procuradoria começa a analisar toda documentação constante no processo, fazendo uma análise jurídica da contratação. Elabora um parecer, sugere esclarecimentos, complementação da documentação e a Dirram não pode, é uma orientação do Presidente do Inea, contratar qualquer tipo de serviço, obra, sem a chancela da Procuradoria. O Diretor mostra o parecer inicial da Procuradoria com uma série de recomendações e submete o processo ao setor técnico que montou esse processo administrativo e só depois que essas condicionantes são atendidas, a Procuradoria chancela o Edital, após a análise jurídica da contratação. A Dirram apresentou os esclarecimentos e os documentos complementares para a Procuradoria, datado de 20 de maio de 2022, o processo retornou a Procuradoria para se manifestar quanto ao eventual atendimento que foi solicitado. Então, Conselheiro Márcio, continua o Diretor, este tipo de serviço é fundamental para a instituição porque permite que o Inea execute diversas ações apesar de não substituir as atribuições atinentes aos funcionários, ao corpo técnico do Inea,

funcionando como um complemento, uma ferramenta, para que os técnicos do Inea consigam tomar conta de todas essas obras. Essas empresas vão aos locais e realizam vistorias técnicas, relatórios técnicos em conformidade com a obra e a partir disso os técnicos, os fiscais das obras fazem toda a chancela e o relatório de conformidade da obra, conclui o Diretor Daniel. O Conselheiro Márcio faz dois pedidos ao Presidente, para disponibilizar esse parecer e então faria a confirmação ou a retificação ou ratificação do seu voto. E solicita, ainda, fazer o seu voto por escrito, formalizando o seu voto com relação ao projeto. O Presidente informa que o processo é SEI, todos os processos são processos SEI. São abertos ao público para consulta, não só esse documento como todo documento, nenhum processo mais é físico. Além disso, o Inea colocou um micro – Ambiente Mais em que todas as ações fiscalizatórias do Inea, licenciamentos, Limpa Rio, vários produtos do Fecam, podendo fazer um recorte por município, por tempo, por ação, enfim, deixando essa comunicação mais transparente para a sociedade. O Presidente encerra a reunião se desculpando pelo atraso e pede a liberdade de chamar uma extraordinária nos próximos dias dada a urgência em Teresópolis e aproveitar para colocar mais duas decisões de acordos judiciais sobre Petrópolis, se reunindo daqui a duas semanas. Agradece a todos.

O Presidente declara a reunião encerrada.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRANDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam

JORGE VICENTE PERON
Representante titular da Firjan

MÁRCIO FERREIRA AGUIAR
Representante Titular da Apedema

RAPHAEL GONÇALVES DE CARVALHO
Representante Titular da Seplag

DIANA CHRISTOVAM DE MOURA
Representante Suplente da Seplag

PATRÍCIA SILVEIRA ROSA
Representante do Ministério Público